

# TRABALHO E EDUCAÇÃO DIANTE DOS LIMITES DA GLOBALIZAÇÃO: QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS<sup>1</sup>

Eunice Schilling Trein<sup>2</sup>

## RESUMO

O modelo de desenvolvimento que gera exclusão social e esgotamento do meio ambiente exige uma crítica radical. É necessário repensar a relação homem-natureza mediada pelo trabalho em suas dimensões ética, ontológica e epistemológica reavaliando as conseqüências para a educação. Estas são questões de caráter teórico-metodológico mas com profundas implicações políticas para as práticas educativas.

## RESUMEN

El modelo de desarrollo que engendra exclusión social y agotamiento del medio ambiente exige una crítica radical. Es necesario plantear la relación hombre-naturaleza mediada por el trabajo en sus dimensiones ética, ontológica y epistemológica reevaluando las consecuencias para la educación. Estas son cuestiones de carácter teórico-metodológico pero con profundas implicaciones políticas para las prácticas educativas.

## INTRODUÇÃO

Durante várias décadas convivemos com a possibilidade da expansão do modelo de desenvolvimento capitalista fordista para todos os quadrantes do planeta. Hoje, em que pese o discurso afirmativo do neoliberalismo esta perspectiva não se configura para a maioria dos países.

---

<sup>1</sup> Este ensaio é parte da pesquisa "Trabalho e meio-ambiente: repensando a relação homem/natureza e suas conseqüências para a educação", que estamos desenvolvendo junto aos programas de pós-graduação em educação e em ciência ambiental na UFF. Ele foi apresentado originalmente no III Workshop "Trabalho e Educação" da UFP/Curitiba/janeiro/1997

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal Fluminense – Doutora em Educação.

Os organismos internacionais enfatizam cada vez mais a necessidade da administração da pobreza ao invés dos anteriores incentivos às políticas desenvolvimentistas.

Um dos fatores destas políticas cada vez mais seletivas e excludentes, impostas pelos países avançados aos países mantidos subdesenvolvidos, é a consciência de que o modelo de desenvolvimento capitalista, baseado no fordismo, se choca com os limites ecológicos, pondo em risco a qualidade de vida dos próprios países centrais.

Diante dos impasses postos pela mundialização da economia, somos desafiados a buscar novos elementos de reflexão que nos auxiliem na construção teórico-prática de um novo projeto de desenvolvimento.

É neste cenário que queremos levantar algumas questões de caráter teórico-metodológico para o nosso debate enquanto educadores que têm por objeto de estudo a área trabalho e educação.

Nas duas últimas décadas a área produziu uma série de pesquisas que se pautaram basicamente por três grandes eixos: as mudanças científico-tecnológicas e suas conseqüências nos processos produtivos; a centralidade da categoria trabalho e a concepção da formação politécnica tendo o trabalho como princípio educativo e ainda questões capilares que emergem da articulação entre trabalho e educação e se referem a grupos sociais específicos. Sentimos, no entanto, um certo esgotamento destas abordagens. Parece-nos que o desafio hoje é recolocar o tema do trabalho em sua dimensão ontológica e epistemológica em busca de uma nova ética, que regule as relações homem/natureza e as relações entre os homens para além do trabalho alienado e do horizonte imposto pelo capital.

## MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E OS LIMITES DA GLOBALIZAÇÃO

Após a queda do muro de Berlim a humanidade se defronta com apenas um modelo de desenvolvimento dominante. É o modelo pautado no livre mercado, na propriedade privada, nos interesses individuais. Este sistema assume, nas várias partes do globo, diferenciadas faces, o que não impede que os países desenvolvidos sejam considerados os modelos para aqueles países que buscam recuperar o atraso no processo de industrialização. Isto porque acreditou-se que era apenas uma questão de tempo a superação da defasagem existente entre o mundo industrializado e os países dependentes e não uma característica do próprio modelo a existência destas defasagens.

Não podemos ignorar, porém, que o custo do desenvolvimento pautado no capitalismo fordista-fossilista (Altvater, 1995) tem seus limites que se expressam na desvalorização dos produtos do trabalho, pelo trabalho que se torna supérfluo, pelos trabalhadores que ficam desempregados, pelos limites

ecológicos do planeta para suportar uma produção que utiliza de forma intensiva os recursos energéticos não renováveis.

Não podemos ignorar também que o sistema tem sido permeado por sucessivas crises que rompem a unidade do modelo, gerando uma realidade fragmentada e caótica.

Como fruto desta fragmentação convivemos com a perplexidade e a resignação de tantos o que têm induzido à descrença nas macroteorias e a busca da compreensão do micro, do particular, na tentativa de refazer o espelho pela justaposição dos cacos, como se estas diferenciações não fossem interdependentes, não se influenciassem reciprocamente.

Com isto não estamos desqualificando os estudos empíricos que dão conta de recortes do real, mas reafirmando que estes só farão sentido à luz das macroteorias que superem o ecletismo e concedam sentido ao particular, que possibilitem critérios para os estudos comparados, que permitam avançar na compreensão e na superação do multifacetado, camaleônico e hegemônico modelo capitalista de desenvolvimento.

Em que pese a capacidade de atração que o modelo mantém pela promessa de bem estar, satisfação das necessidades do corpo e do espírito, não podemos esquecer, como nos alerta Chesnais (1996, 317), que “a internacionalização do capital continuou sendo um processo bastante circunscrito geograficamente e submetido a um conjunto de forças que o levam a se reestruturar redirecionando-se para suas bases de origem”.

Os efeitos da liberalização e da desregulamentação já se fazem sentir na direção do “apartheid” global, na fragmentação no interior dos estados nacionais, no cenário do “cada um por si”. Competitividade e produtividade rivalizam com a luta pela sobrevivência em “estado bruto”.

O processo de mundialização só vê crescer a autonomia e a força conquistada pelo capital monetário ao lado do crescimento do desemprego e a concentração de renda. Esta situação não nos permite confiar na possibilidade propalada de um desenvolvimento capitalista transformado ou reformado. Nada nos leva a crer na integração dos países subdesenvolvidos no mercado mundializado a partir de um esforço de produtividade com qualidade. Assim, tendemos a concordar com Chesnais mais uma vez quando ele diz que “sob formas que será necessário inventar, integrando todas as lições deste século, é difícil ver como a humanidade poderia prescindir de medidas de expropriação do capital” (Chesnais, 1996, 321).

Desta análise decorre uma primeira pergunta que é: Como enfrentar a questão do desenvolvimento científico e tecnológico e suas conseqüências na produção, bem como seus impactos para a formação profissional, uma vez que o horizonte que se descortina não é o da possibilidade da expansão do capitalismo fordista e, sim, o da necessidade de sua superação?

## QUANDO “DE TE FABULA NARRATUR” É UMA IMAGEM PROJETADA PELA MÍDIA

O êxito do desenvolvimento fordista durante décadas foi assegurado a uma parte da população dos países desenvolvidos, viabilizando a criação de postos de trabalho e níveis de consumo que garantiam bons patamares de qualidade de vida, de equidade social, estabilidade política e controle estatal sobre a economia. Isto se deu também pela presença no cenário político internacional do “socialismo real”, que forçava o capitalismo a certos cuidados em sua trajetória expansionista e predatória.

Hoje o modelo vitorioso contempla cada vez menos pessoas dividindo o mundo entre aqueles que podem efetivamente desfrutar do produto do trabalho humano, traduzido em qualidade de vida, e aqueles que estão condenados a assistir, pela mídia mundializada, como vive a minoria privilegiada.

Grotescamente reivindicamos que a classe trabalhadora tenha, pelo menos, o direito de ser explorada obtendo um posto de trabalho.

No entanto, pelos meios de comunicação de massa as populações são ainda induzidas a crer que este modelo de desenvolvimento é possível para todos e somos instados, então, a nos “adequar” aos novos padrões de exigência do capital.

Passam a fazer parte do vocabulário nas mesas de negociações as palavras qualidade, produtividade, competitividade, flexibilização, empregabilidade. Por outro lado, por um processo de naturalização da exclusão, a classe trabalhadora convive, de forma crescente, com o ônus de ser tratada como “inempregável”, no dizer do presidente, ou como “sobrante” no dizer da ministra.

Aqui também perguntaríamos no que consiste hoje a formação para o trabalho se a este discurso desqualificador e excludente têm correspondido medidas concretas do capital mundializado que estabelece relações seletivas com alguns países periféricos de acordo com o que estes podem oferecer: matérias primas abundantes, baixos custos salariais, mercado interno potencial. Para os demais, o Banco Mundial enfatiza, não o desenvolvimento, mas medidas que administrem a pobreza, prevenindo rupturas sociais. Perguntaríamos: Que qualificação profissional para a competitividade é necessária, se a maioria deverá se contentar com a caridade própria de naturalização da desigualdade?

## IDEOLOGIA - UM CONCEITO A SER REVISITADO

O modelo de desenvolvimento capitalista-fordista guarda ainda hoje grande poder de atração, apesar de todos os dados empíricos que sinalizam para a impossibilidade de sua generalização. Isto se deve, em parte, diz Thompson (1996, 16), porque poucas são as sociedades que não foram atingidas pelos meios de comunicação de massas e que, portanto, não são permeáveis à circulação generalizada de formas simbólicas que dão sustentação às relações de poder. É neste sentido que ele retoma o conceito de ideologia enquanto "sentido a serviço do poder". É neste sentido que nossos argumentos apontam para a necessidade de se retomar o conceito de ideologia hoje pouco elaborado pela área trabalho e educação quando consideramos a profusão de estudos sobre a produção material da vida em detrimento das crenças e valores que orientam nossas práticas.

Mesmo com todas as críticas ao neoliberalismo, ele é ainda o horizonte ao qual fazemos referência em nossas análises. É ainda no cenário do capitalismo mundializado que discutimos o desemprego estrutural, a reconversão produtiva, a formação profissional, a própria categoria trabalho enquanto mediação homem/natureza e relação social.

O contraponto de nossa crítica ao neoliberalismo tem sido o discurso do governo e dos empresários quando clamam por mais educação básica, melhor qualificação profissional, formação para a produção flexível como garantia à nossa inserção no processo de globalização da economia com qualidade e competitividade. Eles esquecem apenas de dizer qual a política de emprego e renda, quais as garantias sociais, o que fazer com os "sem-terras" e os sem-tetos", como equacionar o desenvolvimento com uma população de 7 milhões de crianças trabalhadoras, como conviver com a deterioração da saúde pública e da moradia, a violência no morro e no asfalto, a naturalização da destruição de todas as formas de vida.

Apesar de tantas questões sem respostas, quando buscamos elucidar estes aspectos sofremos críticas da direita e da esquerda, porque as "análises macro" não estão nos permitindo avançar, não estão significando soluções concretas que ajudem a solucionar os problemas, nem os do capital, nem os dos trabalhadores.

Quando os sindicatos nos desafiam a teorizar menos e a contribuir mais com análises de casos concretos para criar condições de formação do trabalhador para atuar na mesa de negociações, para enfrentar o mercado de trabalho, na verdade ficamos vulneráveis, talvez por não conseguirmos ser consequentes com nossa própria matriz teórica, não conseguirmos ser radicais (na acepção marxiana) o suficiente. Assim, eu retomaria a questão da ideologia para pensar as formas simbólicas utilizadas pela mídia para manter atrativo um

modelo de desenvolvimento sem explicitar seus contornos e limites dos quais também nós, os críticos, somos prisioneiros.

Talvez nossa formação disciplinar tenha nos feito crer que aos estudiosos de comunicação caiba analisar a mídia; no entanto penso que cabe também a nós dar a devida atenção às formas simbólicas à luz das relações sociais historicamente estruturadas e de seu poder de criar, alimentar, apoiar e reproduzir formas de poder e dominação.

A análise da ideologia enquanto parte do campo conceitual e metodológico, segundo Thompson, “pode ser vista como uma parte integrante de um interesse mais geral ligado às características da ação e da interação, às formas de poder e dominação, à natureza da estrutura social, à reprodução mudança social, às qualidades das formas simbólicas e a seus papéis na vida social” (T. 1995, 16). E é nesta perspectiva que nos parece imprescindível analisar não apenas as formas materiais que o projeto de desenvolvimento capitalista assume, mas também as formas simbólicas que o sustentam e o tornam atraente, ainda que inviável, para a maioria da população.

A construção do discurso contra-hegemônico e da prática conseqüente passa pela compreensão das condições estruturais e supra-estruturais que condicionam nossa realidade.

A área trabalho e educação vem se ocupando de forma crescente com os impactos das novas tecnologias e mudanças nos processos produtivos, bem como com a formação do novo trabalhador demandado pela reconversão produtiva; penso, porém, que estamos nos preocupando pouco com crenças e valores que se instituem em função destas mudanças e que orientam nossa ação prática direcionando nossos desejos e demandas sociais.

## **DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: UMA RELAÇÃO SOCIAL**

Destacamos de nossa área de pesquisa a temática referente às mudanças científico-tecnológicas e seus impactos nos processos produtivos, apontando para a necessidade de aprofundarmos as discussões em torno das conseqüências supra-estruturais de tais mudanças. Ao fazê-lo, retomamos o conceito de ideologia e discutimos a necessidade de incluirmos a análise da mídia neste processo de legitimação de um determinado modelo econômico. Tendo presente a forma como se estrutura o modelo de desenvolvimento capitalista, retomamos a categoria trabalho enquanto mediação das relações do homem com a natureza e com os outros homens. Para analisar sob novo enfoque esta categoria, nos apoiaremos em algumas teses defendidas por Altvater em seus livros “O Preço da Riqueza” (1995) e “Grenzen der Globalisierung” (1996) nos quais pensar um novo modelo de desenvolvimento implica compreender que a questão ecológica é uma

questão social e que, hoje, a questão social só pode ser elaborada adequadamente enquanto questão ecológica.

Seu primeiro argumento é o da necessidade de uma macroteoria que apreenda o âmbito social mundial para que os projetos de desenvolvimento e de política ambiental não sejam estudados de forma fragmentária. O que devemos evitar, diz ele, é cair na resignação cínica de que, se as coisas não podem ser como se imaginou, então não pode ser de jeito nenhum. Em outras palavras, ao Terceiro Mundo cabe a caridade internacional pois a possibilidade de desenvolvimento para todos não se coloca mais. Isto nos parece ainda mais grave quando pensamos que o modelo capitalista implica um modo de vida e processos de trabalho que requerem um elevado consumo de matéria e energia e por isto precisa dispor de sistemas energéticos e de transformação material eficientes e inteligentes. Por outro lado, este modo de produção pressupõe uma organização da vida social, política e ideológica correspondente ao modelo implantado pela sociedade ocidental desenvolvida.

Esta é uma questão importante porque os sistemas industriais se caracterizam não apenas pelo conhecimento técnico, que até poderia ser transferido de um lugar para outro, mas porque integram um complexo sistema de variáveis sociais, econômicas e culturais condicionados histórica e geograficamente.

Por isso desenvolvimento e meio ambiente encontram-se em uma relação de interdependência, em que as atividades econômicas transformam o meio ambiente e este constitui-se não apenas em possibilidade mas também em limite para o desenvolvimento.

As teorias econômicas têm se ocupado dos problemas ambientais e das possibilidades de um desenvolvimento sustentável que preserve as condições de vida das gerações futuras. Nestas formulações a natureza deixa de ter um papel passivo e acessório na produção e reprodução das condições materiais de nossa existência para se constituir em elemento fundamental ao lado do trabalho humano.

Já nos "Manuscritos Econômicos e Filosóficos" de 1844, Marx alertava para uma das dimensões da alienação do trabalhador no sistema capitalista quando este toma a natureza como algo que lhe é externo e estranho. Diz Marx:

"Vegetais, animais, minerais, ar, luz, etc constituem, sob o ponto de vista teórico, uma parte da consciência humana como objetos da ciência natural e da arte; eles são a natureza inorgânica espiritual do homem, seu meio de vida, que ele deve primeiramente preparar para seu prazer e perpetuação".

E mais adiante:

“A afirmação de que a vida física e mental do homem e a natureza são interdependentes simplesmente significa ser a natureza interdependente consigo mesma, pois o homem é parte dela”. (Marx, 1983, p. 95)

Esta citação objetiva lembra como em Marx encontramos argumentos de caráter ontológico, epistemológico e ético para que a relação homem/natureza não se reduza a uma relação mercadológica.

Em diversas passagens do “Capital” Marx se refere à propriedade privada da terra e ao conflito dos interesses de classe e de gerações sob o modo de produção capitalista.

“Do ponto de vista de uma formação econômica superior da sociedade, a propriedade privada de certos indivíduos sobre o globo terrestre parecerá tão absurda quanto a propriedade privada de um ser humano sobre outro ser humano. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, mesmo todas as sociedades coevas em conjunto não são proprietárias da Terra. São apenas possuidoras, usufrutuárias dela, e como *boni patres familias* devem legá-la melhorada às gerações posteriores”. (Marx, 1988, p. 224)

Legar a terra melhorada para as gerações posteriores implica em uma dimensão ética, de compromisso com os que estão por vir, e uma dimensão ontológica da relação homem/natureza.

Esta tarefa tem limites de possibilidades pelo uso acentuado de energias não renováveis (entropia) que destrói em um espaço de tempo mínimo as reservas de energia (sintropia) que a natureza levou milhões de anos para armazenar.

Um novo modelo de desenvolvimento que procure reduzir a entropia deverá pautar-se por uma nova matriz energética e também por outros padrões culturais de consumo e novos processos de produção.

## CIÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E POLITECNIA

O atual paradigma de produção industrial está baseado na ampla utilização de recursos energéticos não renováveis, na exploração intensiva do trabalho e no desenvolvimento científico e tecnológico que viabiliza a aceleração destes processos.

Os investimentos em P&D são exemplo disto: quase três quartos dos recursos gastos são utilizados para aumentar a eficiência da pilhagem das

fontes energéticas e só um décimo é destinado a desenvolver fontes energéticas renováveis como a biomassa, energia solar e eólica.

O problema energético - escolhido aqui apenas como um exemplo - é social e político e suas conseqüências transcendem as fronteiras nacionais, o que requer a democratização das decisões sobre os rumos do desenvolvimento que estamos trilhando em escala planetária. Assim, estamos diante de questões que não são apenas de caráter ético e ontológico mas, também epistemológico.

Temos buscado discutir a formação do trabalhador na perspectiva de uma formação multifacetada e politécnica. No entanto, de que formação multifacetada estamos falando se continuamos tendo como referencial um desenvolvimento social pautado no processo produtivo capitalista e apoiado na ciência positivista? Qual a formação politécnica possível se continuamos a trabalhar com as ciências construídas disciplinarmente, produtoras de conhecimentos ditos universais, que escamoteiam as condições históricas que as produziram?

Aqui também enfatizaríamos a necessidade de uma postura radical em relação à afirmação do trabalho como princípio educativo. Hoje, o mundo do trabalho e o do não trabalho nos desvela os limites de um modelo de desenvolvimento perverso que exacerba as conquistas da modernidade condicionando-as aos interesses do capital e não do trabalho. Finalizando, retomo as três grandes questões enfocadas, destacando que os conceitos de ideologia, desenvolvimento, trabalho e politecnia precisam ser reapropriados pela área trabalho e educação em suas dimensões ética, ontológica e epistemológica, não sob a ótica do capital, que cobra da sociedade mundializada mais ajuste, e, sim, sob a ótica do trabalho, que cobra radicalidade e ruptura para permitir a emergência do novo, que esperamos seja mais justo e solidário.

## BIBLIOGRAFIA

ALTVATER, Elmar. *O Preço da Riqueza*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

\_\_\_\_\_. *Grenzen der Globalisierung*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1996.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TREIN, Eunice S. Entrevista in: *Trabalho & Educação*. Belo Horizonte, MG:NETE/UFMG n° 0, pp. 32-40, jul/dez., 1996.

MARX, Karl. *Manuscrítos econômicos e filosóficos de 1844* in: FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro, RJ:Zahar, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Capital**, Vol. V, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.